

## **DIAGNÓSTICO DA QUALIDADE DE EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DO DEGASE: UM EXERCÍCIO DE ESCUTA DAS VOZES DOS DIFERENTES SUJEITOS**

William Rodrigues Barbosa – UERJ  
Andréa de Andrade Lopes – UERJ

O trabalho apresenta dados preliminares da pesquisa quali-quantitativa sobre qualidade da educação. Visitamos escolas da rede pública estadual e municipal, na circunscrição da cidade do Rio de Janeiro. Analisamos através da observação *in loco* e da aplicação de questionários, construídos de forma dialógica pelo grupo de professores do Ensino Básico, alunos da graduação e pós-graduação da UERJ, aos sujeitos das escolas, a fim de discutir parâmetros de qualidade que se tornem instrumentos para a efetivação do direito constitucional subjetivo à educação de qualidade, por meio de políticas públicas. Visitamos as unidades escolares nos Centros Socioeducativos e colhemos informações que constituirão um banco de dados a outras pesquisas, ajudando a compreender o tipo de educação que vem sendo disponibilizada a essa parcela da população. As obras de Dourado e Oliveira (2009), Freire (1996), Paiva (2007) nos serviram de referencial teórico-metodológico as quais trançamos a documentos oficiais garantidores de direitos como a CF/1988 e o ECA.

Palavras-chave: direito; educação; qualidade; DEGASE

### **1. CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA**

Esse trabalho faz parte de uma pesquisa que busca “identificar de que forma a qualidade na EJA é reconhecida pelas secretarias de educação estaduais e municipais, pelos diretores das unidades escolares, educadores e alunos; que fragilidades do sistema educacional são apontadas e como esse conhecimento orienta o estabelecimento de ações na área.” (PAIVA, 2011, p. 3).

O desafio da pesquisa está em transformar o padrão de qualidade para todos em direito público subjetivo à educação básica e, para isso, constrói um percurso diferente do ideário de avaliação que tem a classificação como finalidade, dentro de uma lógica de mercado, estabelecendo *ranking* entre redes de ensinos nacionais e internacionais; e, ignorando as singularidades dos sujeitos, pautado em capacidades valorativas divergentes das que emergem do “chão da escola” e das necessidades prementes dos sujeitos da EJA, de sucesso no interior do sistema escolar.

O tema qualidade da educação está presente em diferentes esferas e diálogos da sociedade, havendo uma multiplicidade de discursos e diversidade de sentidos, uma vez que o termo qualidade é dinâmico e polissêmico. Sendo, portanto, um fenômeno complexo e

abrangente que envolve múltiplas dimensões<sup>1</sup>. Dourado e Oliveira (2009) entendem que processo educativo de qualidade social prescinde de clareza nas finalidades educativas a que se propõe, vinculadas aos diferentes atores e espaços, à trajetória histórico-cultural e ao projeto de nação. Daí a necessidade de estudar este fenômeno, levando em conta não apenas o que dizem os teóricos, mas considerando também os conceitos e práticas instituídas pelos sujeitos da escola.

Como a pesquisa prevê o recorte geográfico referente à circunscrição do município do Rio de Janeiro, participaram as escolas municipais e estaduais, perfazendo uma amostra de 139 escolas. Incluindo as quatro escolas que funcionam nas unidades de internação de adolescentes e jovens em conflito com a lei, do DEGASE, localizadas nos bairros Galeão e Bangu.

Foram aplicados questionários para os segmentos (3) professor, (3) aluno e (1) para gestores/coordenadores, totalizando sete questionários por escolas. Também compõe a pesquisa o protocolo do observador e o diário de campo.

## **2. EDUCAÇÃO NAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO COMO DIREITO**

A CF 1988 e o ECA/1990 afirmam que a medida socioeducativa de internação deve seguir alguns princípios: da excepcionalidade, já que só deve ser aplicada em casos extremos; do respeito à condição peculiar do adolescente em desenvolvimento e do princípio da brevidade, pois deve durar o menor tempo possível, estendendo-se no máximo a três anos de internação (UNICEF, p. 19).

Entre os direitos dos sujeitos em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado, apontados no artigo 124 do ECA, destacamos os seguintes: receber tratamento com respeito e dignidade, assegurando-se o chamamento pelo nome; permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsáveis; receber escolarização, profissionalização, realizar atividades culturais, esportivas e de lazer; solicitar medida de conveniência protetora, assegurando-se espaço físico apropriado quando estiver em situação de risco; receber visitas semanalmente; ter acesso aos objetos necessários à higiene e aos meios de comunicação; habitar alojamento em condições adequadas de higiene

---

<sup>1</sup> (...) é fundamental estabelecer a definição de dimensões, fatores e condições de qualidade a serem considerados como referência analítica e política no tocante à melhoria do processo educativo e, também, à consolidação de mecanismos de controle social na produção, à implementação e monitoramento de políticas educacionais e de seus resultados, visando produzir uma escola de qualidade socialmente referenciada.” (DOURADO e OLIVEIRA, 2009, p. 207)

e salubridade. Assim, a legislação confirma que mesmo na condição de adolescente em conflito com a lei, estes continuam sendo sujeitos de direitos.

Durante a pesquisa, verificamos a aplicabilidade da garantia de alguns desses direitos destacados. Os alunos vestiam uniformes limpos e as condições dos alojamentos eram satisfatórias, não apresentando risco à integridade física dos adolescentes. Presenciamos a visita da defensoria pública na instituição que atende o sexo feminino. Vimos o cuidado com a preservação da integridade física de um adolescente ameaçado de morte dentro da unidade por grupos de facção<sup>2</sup> diferente, sendo comunicada do fato a direção da escola prontamente promoveu a mudança de turno a fim de resguardar esta vida, embora a reação contrária do adolescente a esta medida. Presenciamos a visitação de familiares, até mesmo em dia fora de marcação de visitas, em uma das escolas. Observamos enfermarias, espaços de assistência médica às jovens da unidade feminina e berçário para bebês nascidos em período de internação de suas mães, bem como a área de recreação destinada às crianças que comparecessem à visitação e o interessante trabalho voltado para a identidade, inclusive promovendo a retirada de documentos. Presenciamos também momentos de liberação de jovens com a presença de pais e percebemos tranquilidade no processo por parte de todos envolvidos.

Observamos, ainda, a dificuldade encontrada pela assistente social para contatar a responsável de um adolescente que estava sendo transferido da unidade, uma vez que o mesmo solicitou a mudança, pois enfrentava problemas de adaptação no grupo, segundo o relato de uma professora. Confirmando a necessidade de descentralização dessas unidades, para que se promova uma maior integração dos familiares no processo de educação e socialização dos sujeitos privados de liberdade.

Durante as conversas com alguns jovens, em nenhum momento, houve denúncias de práticas de violência interna. Uma adolescente relatou-nos que suas companheiras identificam aquela unidade socioeducativa, como “prisão de papel”, ou seja, não se sentem como em uma prisão comum. Essa fala aponta mudanças de procedimentos dentro dessa instituição, mas não podemos generalizá-la, pois a fala é pontual, não podendo ser tomada para representar o universo de todos os espaços educativos de cumprimento de medida socioeducativa. Em um

---

<sup>2</sup>Vasconcelos procura explicar a continuidade dessas práticas nas unidades de internação: “Os jovens internos, com o apoio dos semelhantes de mesma facção, criam uma espécie de sistema de ação informal específico, que, por conseguinte, gera uma sociedade informal, em que a participação do indivíduo acaba por resultar em formas de ajustamento à instituição. Esse sistema é tido como um mecanismo de reação que, por um lado, representa um esforço de sobrevivência interna e, por outro, um esquema de inter-relacionamento do sistema informal com os demais ambientes institucionais. Este último fato explica o porquê da banalização do processo de faccionalização predominante nas unidades administradas pelo DEGASE”. (2007, p. 9,10).

histórico processo de políticas voltadas aos adolescentes que cometeram “ato infracional”, marcadas pelo cunho preconceituoso e policialesco, a mudança nas normatizações não representam transformações imediatas das práticas, sendo possível verificar-se ainda ações contraditórias burlando os preceitos do ECA, que adota a doutrina de proteção integral, revogando a da situação irregular, presente no antigo Código de Menores.

Destacamos o fato dos agentes identificarem os estudantes apenas por suas matrículas e não chamá-los pelos nomes. Ao indagarmos o porquê dessa forma de tratamento, um profissional respondeu que, em função da rotatividade dos alunos naquele espaço, a identificação através de número, facilitava a dinâmica de trabalho. Tal prática “apaga” histórias de vidas, invisibiliza rostos e infringe o ECA. Mas, para o rompimento dessa prática se faz necessário o debruçar sobre a legislação e o desenvolvimento da formação continuada a todos os profissionais envolvidos no processo educativo.

O cotidiano da escola revela as dificuldades enfrentadas pelos professores e direção no sentido de garantir práticas pedagógicas que (re) signifiquem a importância da educação para esses adolescentes.

O tempo diferenciado das medidas socioeducativas é um dos fatores complicadores do projeto educacional das escolas situadas nas unidades do DEGASE, pois há uma flutuação que impede um trabalho contínuo dificultando o processo pedagógico. O que observamos nas visitas é que muitas vezes o funcionamento das escolas, nesses espaços, acaba se tornando um serviço prestado em cumprimento da lei, mas sem um projeto político-pedagógico<sup>3</sup>. Visto que, a escola socioeducativa não é um local para diminuir a ociosidade do adolescente, mas despertá-lo para novas práticas cidadãs e de formação e, para isso, deve investir nas potencialidades dos sujeitos, construindo uma contra tendência a fim de ajudá-los a repensar sua condição e a sociedade<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Tanto na prisão, como fora dela, as escolas para jovens e adultos precisam ser, sempre, diferenciadas. Diferenciadas pelo respeito à diversidade dos que acolhe, às histórias de vida e de interdições que trazem, às expectativas que passaram a conformar o projeto de estudo como um caminho possível de reconciliação com processos de aprendizagem. Impossível pensar que não possa ser assim, que se possa fazer educação sem arte, sem conquista, sem *captura*. Nas armadilhas que os projetos pedagógicos muitas vezes preparam para os sujeitos, o desejo e o sonho, de todo modo, não se aprisionam, se professores e alunos não quiserem. E juntos, com certeza, podem voar ao encontro de uma escola diferenciada que seja o espaço da liberdade de aprender e de conhecer. (PAIVA, 2007, p. 51)

<sup>4</sup> Esse compromisso é declarado pelo Novo DEGASE, em seu *Caderno de alinhamento estratégico*, no entanto, as condições presentes ainda relativizam o cumprimento desse objetivo: “(...) queremos o desenvolvimento integral deste cidadão em condições de ser, pensar, conviver e produzir de maneira crítica, responsável e participativa na sociedade. É um processo de construção, ou reconstrução, de projetos de vida reais e possíveis de serem realizados, longe da ingenuidade do querer ser, e do querer fazer pelo adolescente.” (2012, p. 2)

Destacamos alguns fatos, que a pesquisa apontará com mais clareza nos tratamentos dos questionários aplicados aos sujeitos das escolas, limitadores desses direitos discutidos e salvaguardados pelas legislações, como: a falta de professores de algumas disciplinas; ausência de um projeto coletivo nas escolas adequado a realidade do público participante; não oferta de disciplina, como Educação Física a alunos de primeiro segmento; as limitações impostas aos deslocamentos dos jovens para exploração de espaços de cultura externos, impedindo determinadas práticas pedagógicas; as dificuldades encontradas pela equipe pedagógica em desenvolver atividades que envolvam pessoas de fora da instituição e o não cumprimento do horário de estudo, em algumas unidades escolares, devido a não liberação dos alunos pelos agentes no horário do turno.

Embora haja o discurso da não aceitação do facionamento dentro das unidades de internação, percebemos a presença desse arranjo social nesses espaços gerando conflitos, práticas de violência e dificuldades ao trabalho da escola e na organização das turmas. Foram recorrentes as denúncias de isolamento das escolas em relação à SEEDUC e DIESP, causando falta de comunicação, dúvidas com relação à matriz curricular das escolas, não conhecimento da realidade das unidades escolares, não execução da educação continuada visando à construção de práticas pedagógicas voltadas as especificidades dos educandos.

Destacamos ainda, práticas que demonstram um fazer pedagógico acontecendo, apesar das dificuldades elencadas, promovidas por aqueles que reinventam cotidianamente o seu fazer pedagógico<sup>5</sup>, como o projeto interdisciplinar em desenvolvimento sobre o centenário de Vinícius de Moraes; a oficina de Lego existente na unidade de atendimento voltada ao sexo feminino, hoje, reconhecida pela comunidade externa pelas participações e premiações internacionais; oficinas de teatro e de dança oferecidas em algumas unidades e a forma como alguns profissionais buscam desenvolver suas práticas pedagógicas a fim de alcançar seus educandos, ressaltamos as atividades de artes desenvolvida em uma das escolas visitadas e uso do jogo de xadrez por um professor de matemática.

### **3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

O que pretendemos com o cruzamento das vozes dos diferentes sujeitos da escola, é propor a construção de indicadores que permitam àqueles que representam o poder público

---

<sup>5</sup> “O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente. Na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela própria atividade criadora”. (FREIRE, 1996, p. 41)

terem uma visão mais próxima da realidade da educação ofertada nas redes, a fim de que possam construir políticas que atendam as reais necessidades de um público ao qual a sociedade tem uma enorme dívida histórica a saldar. Nesse sentido, os dados colhidos, em processo de tabulação pelo grupo de pesquisa, e as possíveis conclusões, que emergirão do esforço desse trabalho, poderão contribuir de forma significativa para a oferta de um ensino de qualidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. BRASIL. **Código de menores**. Lei n. 6.697. São Paulo: Editora Jalovi, 1980. VI, 1980.
2. \_\_\_\_\_. **CF**. 44º ed. SP: Saraiva 2010.
3. \_\_\_\_\_. **ECA**: LEI Nº 8.069, DE 13/07/1990. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do RJ, 2011.
4. **Caderno de alinhamento estratégico**. RJ: Novo DEGASE, 2012.
5. DOURADO, L. F., OLIVEIRA, J. F. *A qualidade da educação: perspectivas e desafios*. In: Caderno Cedes, Campinas, vol. 29, n.78, p.201-215, maio/ago. 2009.
- 6- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.
6. PAIVA, J. *Projeto de pesquisa Diagnóstico da Qualidade de Ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA): Um estudo de Caso*, mimeo, CAPES, 2011.
7. \_\_\_\_\_. **Conteúdos e metodologia: a prática docente no cárcere**. Revista Salto para o Futuro/ EJA e Educação Prisional, 2007, p.43-52.
8. UNICEF. **Em defesa do adolescente. Protagonismo das famílias na defesa dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas**.<http://www.cnmp.mp.br/conteate10/images/roteirodeaula/textoapoio/tema-2/tema-2-material-apoio-cartilha-unicef.pdf>
9. VASCONCELOS, T. S. **As unidades de internação para menores infratores da cidade do Rio de Janeiro sob uma perspectiva geográfica**. Disponível: [http://www.pucRio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio\\_resumo2007/relatorios/geo/geo\\_tiago\\_vasconcelos.pdf](http://www.pucRio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2007/relatorios/geo/geo_tiago_vasconcelos.pdf).